

Educando para a cidadania: a escola como espaço central na formação política

Camila C. de Alencar¹

Rafael Paraíso²

Resumo

O presente artigo dialoga com o campo da educação para a cidadania e com as pesquisas que buscam compreender as relações entre educação escolar e formação de valores e atitudes democráticas. Após uma discussão introdutória sobre as questões conceituais relacionadas à temática do engajamento cívico e da participação política, os autores investigam a correlação entre a existência de grêmios escolares (e a participação dos estudantes nesses colegiados) com a construção e apropriação de valores e atitudes favoráveis à participação política e ao engajamento cívico, mobilizando a base de dados organizada a partir dos questionários aplicados aos jovens estudantes de 8 escolas de ensino médio no âmbito da pesquisa “Jovens e Política”, realizada pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo em 2018.

Palavras Chave: Engajamento Cívico; Participação Política; Educação Escolar; Grêmios Estudantis; Valores Democráticos.

1 Camila Alencar é Diretora de Programas na Politiqué?, ONG pernambucana que trabalha com educação cívica de jovens. Formada em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco, atuou como Programme Manager na TIE, empresa social britânica que fornece serviços de voluntariado corporativo; na Microsoft Europa, como Philantropies Coordinator em temas de educação e tecnologia para jovens; e na GlobalGiving Foundation, com a equipe de Partner Services. Foi bolsista da Fundación Botín no programa de Fortalecimento da Função Pública para a América Latina e foi uma Global Citizen Fellow da Prudential Foundation.

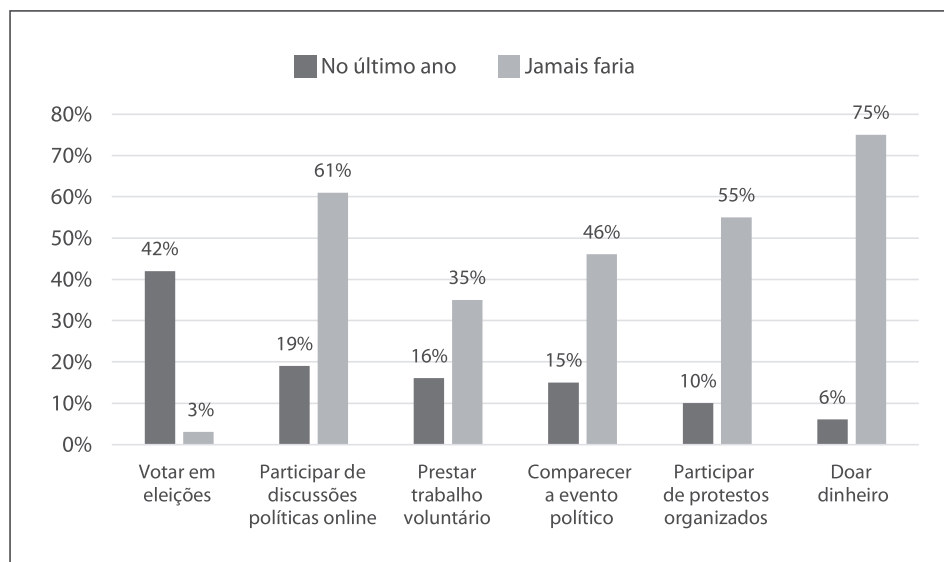
2 Rafael Paraíso é Mestre e Bacharel em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, atua como técnico de gestão para resultados na Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Suas áreas de pesquisa principais incluem economia política, instituições políticas e eleitorais.

Introdução

A falta de envolvimento de boa parte da população brasileira nos processos e instituições que compõem o atual sistema político é um tema abordado pelos mais diversos círculos sociais, desde debates acadêmicos, até conversas entre amigos. É comum associar este fenômeno com a persistência das diversas mazelas que assolam a vida cívica e política nacional e o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Os dados, por sua vez, não nos permitem mentir. Apenas um número bastante reduzido de brasileiros declaram abertamente participar de alguma atividade ou manifestação política. Dados coletados pelo Pew Research Center (2018), relacionados ao engajamento cívico e participação política dos cidadãos, mostram, tanto para o Brasil, quanto para outros 14 países, que a única forma de participação na qual uma parcela significativa da população ainda está engajada é a do voto. Em outras formas de participação, a parcela é consideravelmente menor.

Gráfico 1 - Brasileiros que declararam ter participado de ações políticas ou sociais “no último ano” ou que “não participaram e jamais o fariam”:

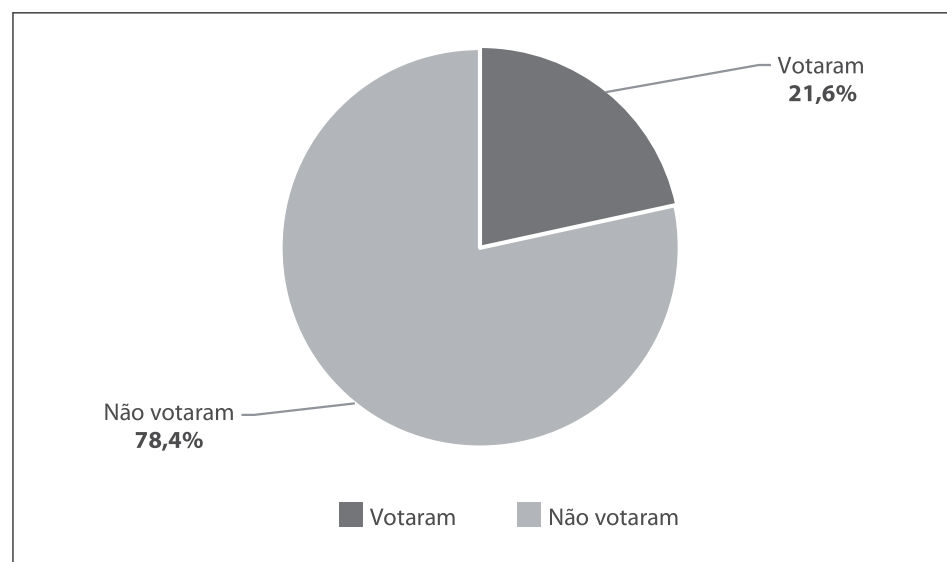


Fonte: PEW RESEARCH CENTER, 2018

Considerando a obrigatoriedade do comparecimento eleitoral no Brasil, até mesmo esta métrica se mostra incapaz de nos oferecer um retrato favorável ao engajamento cívico e à participação política no Brasil. Entre os brasileiros jovens, a situação pode ser considerada ainda mais grave. Nas eleições gerais de 2018, o

pleito de maior destaque no calendário eleitoral, participaram apenas 21,6% dos jovens entre 16 e 17 anos - idades em que o comparecimento ainda é facultativo (TSE, 2018). Visto por outro lado, esse dado mostra que alarmantes 78,4% dos jovens entre 16 e 17 anos abriram mão voluntariamente do seu direito de participar das eleições (gráfico 3, abaixo).

Gráfico 2 - Comparecimento de jovens brasileiros com idade entre 16 e 17 anos nas Eleições Gerais de 2018:



Fonte: TSE, 2018

Uma série de questionamentos surgem a partir da constatação de que há uma falta pronunciada de interesse entre os brasileiros - especialmente, entre os mais jovens - de participar da vida cívica e política nacional. Em primeiro lugar, que importância verdadeiramente tem o engajamento cívico e a participação política para a qualidade do sistema político e do desenvolvimento socioeconômico de maneira geral? A resposta mais simples e direta é que há uma tremenda importância. Demonstrado isso, como é possível incentivar o maior número possível de brasileiros e brasileiras a se engajar na vida cívica, política e social das suas comunidades?

Como iremos demonstrar nas seções seguintes, o caminho para uma sociedade mais engajada passa, necessariamente, pelos jovens. Torná-los agentes de transformação política e social em suas comunidades é essencial para observarmos

melhoras significativas no desempenho das instituições políticas e econômicas, locais e nacionais. Assim, quando se discutem formas de incentivar o engajamento ainda entre os jovens, programas de educação cívica atraem todos os holofotes.

Por essa razão, além de delinear a importância do engajamento cívico para o desenvolvimento, iremos destacar a importância da educação cívica no desenvolvimento das habilidades, competências e valores que promovam a prática de uma cidadania ativa entre os jovens e, conseqüentemente, os adultos que se tornarão. Também será feita uma revisão dos diversos tipos de intervenção que possam ser aplicadas por gestores da educação, lideranças comunitárias e atores sociais, e cuja eficácia tenha sido empiricamente comprovada.

O que é engajamento cívico?

Em primeiro lugar, torna-se imperativo esclarecer os principais conceitos utilizados na discussão em torno do engajamento e da educação cívica, visto que ainda há uma certa falta de clareza em relação às definições exatas destes termos. O engajamento cívico está associado às ações voltadas para o aprimoramento da vida cívica, política e social da comunidade (local ou nacional) à qual o indivíduo está inserido. Por outro lado, também costuma estar amparada pelo desenvolvimento de conhecimentos, hábitos, valores e motivações que produzam e/ou auxiliem esta atuação (EHRlich, 2000).

Ainda é comum nos depararmos com o tratamento do engajamento cívico como um sinônimo de participação política. Os dois conceitos, porém, não compartilham da mesma significação. A participação política pode ser definida como todas as atividades voluntárias empreendidas por cidadãos individuais, em busca de influenciar, direta ou indiretamente, as decisões políticas em todos os níveis do sistema político (KAASE; MARSH, 1979). Entre essas práticas, podemos incluir as comumente associadas com a política institucional (voto em eleições, filiação a partidos políticos, contato com a mídia, etc.) e aquelas associadas com formas espontâneas e não institucionais de manifestação (organização de protestos, abaixo-assinados, boicotes, etc.).

Observa-se, de imediato, que ambos os fenômenos possuem um relacionamento próximo, na medida em que a participação política é um dos elementos fundamentais do comportamento de um cidadão considerado civicamente engajado. É um dos mecanismos a partir do qual o engajamento cívico resultará em impactos observáveis na convivência social, comunitária e interpessoal dos indivíduos. Não são, no entanto, sinônimos.

Demarcado e esclarecido o conceito de engajamento cívico, resta-nos a compreensão das suas características como fenômeno social. Em especial para os propósitos gerais deste artigo, das suas principais causas e da sua importância como fator atuante sobre os processos de desenvolvimento socioeconômico e político de uma sociedade.

A importância do engajamento para a sociedade

A principal vertente de pesquisa que associa o engajamento individual com resultados políticos e sociais positivos se baseia no conceito de capital social, como proposto pelo cientista político norte-americano Robert D. Putnam. Em suas duas obras principais, “Comunidade e Democracia” (1993) e “Jogando Boliche Sozinho” (2000), Putnam argumenta que a participação das pessoas em associações - políticas, religiosas, culturais, esportivas, etc. - é crucial para a boa qualidade das instituições democráticas.

A intersecção entre os dois fenômenos se daria justamente por meio do capital social, o qual Putnam define como a capacidade de uma comunidade ou grupo social de colaborar tendo em vistas à solução de problemas comuns. O capital social consistiria, dessa forma, em todos os aspectos relacionados à vida em comunidade, como redes sociais, confiança interpessoal, normas compartilhadas e colaboração coletiva. Um elevado capital social permite não apenas que as comunidades resolvam problemas de forma autônoma, como também que tenham uma maior capacidade de exercer controle social sobre as instituições políticas. De acordo com as constatações de Putnam (1993), sociedades com altos índices de associativismo e, conseqüentemente, de capital social, costumam ser governadas por instituições mais democráticas e mais competentes.



Fonte: Putnam, 1993.

Desde então, a perspectiva de Putnam foi melhor desenvolvida e articulada por diversos estudiosos que se propuseram a questionar e revisar suas ideias (BHANDARI; YASUNOBU, 2009). Ao longo dos anos, uma série de fatores correlatos, impeditivos ou condicionantes à formação de capital social foram elencados: desigualdade socioeconômica (LIN, 2000), diversidade (COSTA; KAHN, 2003; LETKI, 2008), influência parental (LJUNGE, 2014), entre outros. Manteve-se, porém, a noção de que a existência de relações de confiança e cooperação entre os membros de uma sociedade, sob a tutela de instituições políticas inclusivas e democráticas, é essencial para o desenvolvimento.

O debate em torno do capital social envolve o engajamento cívico de uma forma bastante natural. A construção de redes interpessoais de confiança reduzem os custos de colaboração entre os membros de uma mesma comunidade, facilitando transações de todos os tipos e permitindo o desenvolvimento de uma sociedade civil organizada (VERBA ET AL., 1995). Considerando a cadeia causal colocada acima (Figura 1), é possível visualizar com clareza os benefícios de promover o engajamento cívico entre a população. Cidadãos mais engajados apresentam características (associativismo, confiança interpessoal, eficácia política) mais condizentes com a formação de capital social em suas comunidades. E, como demonstraremos a seguir, a juventude tem um papel central nessa construção.

O engajamento cívico e a participação política

Após termos devidamente apresentado as razões pelas quais promover a cidadania ativa importa para o bem-estar da sociedade como um todo, resta compreender qual caminho leva os indivíduos a se tornarem mais ou menos engajados. Um corpo considerável de trabalhos, voltados para o estudo do comportamento político, nos dá um caminho claro. Segundo a literatura especializada, o engajamento e a participação política funcionam, no nível individual, como traços de personalidade - práticas construídas individualmente, a partir das experiências tidas e os estímulos recebidos ao longo dos processos de socialização (WATTS; FLANAGAN, 2007).

Assim como outros processos pessoais de formação de personalidade, as atitudes relacionadas ao exercício da cidadania e à atuação política costumam se consolidar progressivamente ao longo dos anos. Ao atingir a fase adulta, ocorre a chamada cristalização, quando os traços de personalidade desenvolvidos até então se estabilizam e passam a formar uma estrutura consolidada de personalidade. Em outras palavras, quaisquer alterações, adaptações ou desadaptações

- processos que representam mudanças significativas - na personalidade de um indivíduo passam a ocorrer de forma menos frequente e mais gradual.

Do ponto de vista da promoção da cidadania ativa, esta constatação foi um marco importante para aqueles que se questionavam sobre a melhor forma - e momento - de abordar o assunto. Era possível, de fato, tratar o engajamento cívico como um hábito - uma prática recorrente e estável, mantida ao longo da vida adulta por indivíduos que a desenvolvesse em momentos anteriores de suas vidas. Comumente aceito na psicologia como o processo pelo qual se apreendem as normas, práticas e características que nos tornam membros de uma sociedade, o processo de socialização ocupa boa parte do período de crescimento e formação de crianças e adolescentes.

A linha do tempo de desenvolvimento da cidadania que se configurou a partir dos achados mais importantes levou os estudiosos do engajamento a uma conclusão bastante intuitiva: para termos adultos engajados, é preciso promover o engajamento já na infância e na juventude (FLANAGAN; SHERROD, 1998). Caso bem sucedido, o esforço para introduzir os jovens à vida cívica, política e social de suas comunidades apresentava o potencial de perpetuar a prática da cidadania e gerar um impacto positivo na sociedade como um todo.

A idade foi apontada como um fator importante devido à constatação, proveniente dos trabalhos sobre desenvolvimento cognitivo, de que a plasticidade de crenças, valores e atitudes é maior durante a juventude, quando comparada aos períodos seguintes (YOUNISS; YATES, 1997). Aqueles que atravessam o período de transição entre adolescência e fase adulta estão especialmente mais suscetíveis a processos de formação e/ou transformação de seu portfólio de ideias políticas, dada a exposição regularmente maior a questões sociopolíticas mais amplas durante esse período (FLANAGAN; SHERROD, 1998). Assim, o papel da educação como essencial para a saúde dos regimes democráticos voltou a ocupar o centro do debate.

Educando os jovens para a cidadania

Historicamente, a importância da educação cívica tem sido pregada a partir do momento em que os cidadãos passaram a ter voz ativa na condução dos assuntos da administração pública. Na medida em que o sufrágio universal foi sendo implementado pelos regimes democráticos mundo afora, emergia a preocupação com a capacidade dos cidadãos-eleitores de exercer de maneira adequada a função que lhes coube (HEATER, 2004). Cresce, desde então, a demanda por iniciativas que visassem o ensino de habilidades, competências e valores considerados necessários, ou úteis, à cidadania democrática. A educação cívica, como ficariam

conhecidas, seria responsável por incentivar e preparar os seus estudantes para o exercício da cidadania, além de promover entre eles um senso de responsabilidade cívica para com suas comunidades.

As escolas, regularmente as instituições de ensino que detinham o maior alcance pedagógico junto às comunidades, demonstravam possuir todas as condições necessárias para a implementação bem-sucedida desses programas. Com o aporte teórico e empírico que se reuniu desde então, se tornou ainda mais claro a centralidade cabível às escolas de ensino básico em quaisquer iniciativas de educação cívica. Como o primeiro ambiente de socialização da maioria dos jovens, e o espaço onde passam uma boa parte dos seus anos de formação, é um ambiente especialmente bem posicionado para fornecer os estímulos e experiências que auxiliam na formação de uma cidadania ativa.

Diversos métodos pedagógicos foram criados para reforçar o desenvolvimento das características comumente relacionadas à prática cidadã entre os jovens, desde lições em sala de aula, até atividades práticas fora da escola. Algumas intervenções ganharam notoriedade no campo e reuniram evidências que demonstraram sua efetividade, mesmo que apenas em certas circunstâncias, na promoção da cidadania ativa nas escolas. Nesta seção, iremos listar algumas das mais importantes e com melhor corpo de evidências para corroborar a sua eficácia.

Instrução formal em cidadania

O simples ensino didático de informações relacionadas à política, às eleições, à história, ao contexto social e aos valores democráticos, entre outros temas relacionados ao engajamento cívico, pode ser suficiente para encorajar os estudantes à cidadania ativa. Há diversas evidências de que a oferta de cursos de educação cívica está associada a uma maior atuação comunitária; uma maior eficácia política; uma maior disposição ao voluntariado; uma maior confiança social; e uma maior disposição a participar de eleições, entre outras características comumente associadas à cidadania ativa. Estudantes que passaram por um curso de educação cívica costumam ser mais civicamente engajados do que os que não receberam este tipo de instrução (CIRCLE, 2003).

Além de se caracterizar como a mais tradicional, a oferta de cursos também se mostrou como o método pedagógico mais empregado em iniciativas de educação política no Brasil. Entre os programas brasileiros mais bem documentados, é possível destacar os cursos de iniciação política da Fundação Konrad-Adenauer, em escolas da rede pública da cidade de São Paulo. O curso, que oferece lições

sobre aspectos básicos da cidadania e do processo democrático, se propõe-se como uma introdução ao engajamento cívico. A partir de questionários aplicados antes e depois das aulas, as atitudes dos participantes em relação a algumas questões chaves do engajamento cívico pareceram, contudo, pouco mudar após a intervenção (DANTAS, 2016).

Participação em debates estruturados

Enquanto o ensino tradicional cumpre um papel importante na aquisição de informações, uma abordagem mais participativa permite que os estudantes ponham em prática o seu potencial de engajamento. Há uma longa tradição de trabalhos que destacam a importância de discussões ativas em sala de aula como um meio importante de aprendizado político para os estudantes (HAHN, 1998). A prática oferece uma rara oportunidade aos estudantes de não apenas participar de discussões moderadas, como de assumir o papel de protagonista no debate.

Oferecer um ambiente aberto à discussão de temas controversos e de atualidades em sala de aula permite aos estudantes explorar a complexidade dos diversos problemas sociais e comunitários; familiarizar-se com pontos de vista diversos; distinguir entre fontes confiáveis de informação; e desenvolver sua capacidade de participação, deliberação e argumentação. Estudantes que discutem questões controversas em sala de aula costumam apresentar maiores níveis de eficácia política, interesse em acontecimentos políticos e maior confiança interpessoal (TORNEY-PURTA, 2002).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Debates (IBD) se destaca como a principal promotora de iniciativas centradas na realização de debates estruturados. Realizando competições e promovendo cursos de ensino e qualificação em escolas e universidades, sua missão é liderar o desenvolvimento da cultura de debates no Brasil. Infelizmente, não foi possível encontrar dados objetivos sobre o impacto do programa e, conseqüentemente, não é possível concluir se a experiência brasileira foi capaz de promover um maior engajamento cívico entre os seus participantes.

Programas de serviço comunitário e atividades extra-curriculares

Enquanto cumprem o currículo regular, alguns estudantes têm a oportunidade de participar de programas e iniciativas que os põem em contato com outros membros da comunidade escolar e em que vivem. Participar de programas de serviço comunitário, ou de atividades extracurriculares no âmbito da

escola, está fortemente associado a uma maior integração social dos estudantes; um maior conhecimento dos problemas que afligem sua escola e comunidade; e maiores oportunidades para se mobilizar em torno deles (VERBA ET AL., 1995; MCFARLAND; THOMAS, 2006).

Vêm se popularizando, especialmente nos Estados Unidos, os programas conhecidos como *service-learning*, que consistem na integração de serviços comunitários no currículo pedagógico dos estudantes. Os programas conciliam a atuação prática, em iniciativas que envolvam a resolução de problemas comunitários, com lições acadêmicas, que buscam contextualizar as demandas sociais das comunidades atendidas (ASLER, 1993). Oferecem, portanto, uma instrução incluída tanto no contexto acadêmico da sala de aula, quanto no contexto social mais amplo da comunidade.

No Brasil, a prestação de serviços comunitários por estudantes se consolidou como prática pedagógica, principalmente, entre cursos de ensino superior. Iniciativas como o Programa Nacional de Incentivos a Mudanças Curriculares nos Cursos de Medicina (PROMED), implementado pelo Ministério da Saúde, colocaram a integração do serviço comunitário como prioridade para os currículos dos cursos superiores de medicina por todo o país. No entanto, o enfoque na formação profissional e no reconhecimento territorial limita o enquadramento dessas iniciativas no campo da educação cívica (PIZZINATO ET AL., 2012).

Simulação de processos democráticos

Encorajar os estudantes a participar em processos democráticos pode ser feito de forma bastante literal. A prática de simular o funcionamento de instituições democráticas (em especial, de órgãos legislativos), com a participação de jovens, é uma forma direta e participativa de ensinar sobre o funcionamento dessas instituições. Mais que isso, a participação em iniciativas dessa natureza fornece aos seus participantes a experiência política que lhes permitirá construir uma atuação comunitária robusta no futuro.

O Parlamento Jovem Brasileiro (PJB), um dos maiores programas de educação cívica no Brasil, é um exemplo de iniciativas neste formato. Estudos sobre o impacto da participação no PJB mostram que os seus participantes desenvolvem habilidades cognitivas importantes (tais como a capacidade analítica e o senso crítico) e se sentem mais motivados a atuar politicamente em suas comunidades (MARTINS; BARROS, 2018).

Participação efetiva na gestão escolar

Crianças e adolescentes passam uma parcela considerável do seu tempo no ambiente escolar. Para muitos, é a primeira e mais importante oportunidade de socializar e compartilhar experiências com outros jovens. É natural, portanto, que esta seja a primeira oportunidade efetiva de praticar o engajamento comunitário e participar de debates e deliberações coletivas de importância para a sua vivência social.

Assim, a presença de estruturas de gestão escolar que permitem e encorajam a participação estudantil oferece oportunidades únicas para o exercício da liderança e da participação entre os jovens. Nas instituições brasileiras de ensino básico, destacou-se a atuação dos chamados grêmios estudantis, os quais mobilizam e encorajam os estudantes a tomar parte na gestão escolar.

Entre as diversas experiências brasileiras neste formato, destaca-se a institucionalização dos grêmios estudantis que vem sendo mobilizada tanto pela rede pública estadual de São Paulo quanto pela rede pública municipal de São Paulo. Em ambos os casos, as secretarias de educação mobilizaram, nos anos de 2017 e 2018, programas e ações institucionais para estimular a criação ou fortalecer os grêmios estudantes já existentes. O principal objetivo declarado nas políticas é a promoção do protagonismo juvenil nos processos decisórios internos das escolas, visando implementar um modelo de gestão democrática consistente. Esforços iniciais de análise feitos a partir da experiência estadual, entretanto, demonstram que os resultados parecem controversos. O caminho escolhido, de institucionalização no âmbito do poder público, pode ter esvaziado o seu caráter intrínseco de mobilização. Teriam se tornado, assim, instituições artificiais e pouco envolvidas com o engajamento cívico estudantil no ambiente escolar (CARLOS, 2006).

Os grêmios estudantis e a cidadania entre os jovens

Como a forma de participação política juvenil mais difundida na rede pública, nenhum debate sobre educação e cidadania no Brasil estaria completo sem considerar as experiências e evidências associadas com a atuação dos grêmios estudantis. Os grêmios são associações formadas e eleitas por estudantes, responsáveis por representar seus interesses junto à gestão escolar. Também costumam promover eventos políticos, culturais e esportivos, sendo bastante presentes no cotidiano dos estudantes na escola. Compõem, assim, um importante veículo de organização e participação política para os jovens envolvidos e atendidos por suas ações (MARTINS; JUAREZ, 2013).

Os estudos atuais sobre a socialização política dos jovens destacam a importância de outros jovens neste processo, ao influenciar colegas próximos a também se engajarem em atividades cívicas e políticas (GORDON; TAFT, 2010). E assim como previsto pela literatura, essa influência durante a juventude está associada com uma propensão maior desse jovem se tornar um adulto cívica e politicamente atuante (SETTLE ET AL., 2010). Existem fortes evidências, portanto, que a presença de grêmios estudantis atuantes na vida escolar pode ter um efeito de “contágio” junto aos seus colegas, mesmo que estes se limitem a participar apenas das eleições estudantis (SAHA; PRINT, 2010).

No entanto, frequentemente os grêmios enfrentam dificuldades em terem sua voz no processo decisório considerada pela gestão da escola. Em muitos casos, até mesmo estudantes não participantes do grêmio demonstram resistência em reconhecer sua atuação ou importância no ambiente escolar (CARLOS, 2006). Contudo, este não parece ser o caso entre os estudantes que fizeram parte da amostra do resultado. Quando questionados sobre sua opinião em relação aos grêmios, apenas 8,1% declararam que estes não tinham importância na representação estudantil, e apenas 9,9% afirmaram não os conhecer. Dentre os que reconheceram sua importância, apenas 25,3% afirmaram que os grêmios não exercem bem a sua função de representantes estudantis. Para 56,7% dos respondentes, a atuação dos grêmios ocupa um espaço importante no universo da participação estudantil na gestão escolar.

Visto que os grêmios estão especialmente bem posicionados para serem a primeira forma direta de participação entre jovens, e que gozam de um reconhecimento considerável por parte dos seus pares, é possível verificar alguma relação entre a atuação de uma dessas organizações e a presença de maiores atitudes cívicas? Com base nos achados citados previamente, existem argumentos bastante convincentes que a própria convivência com um grêmio estudantil atuante apresenta o potencial de influenciar positivamente na socialização política de jovens estudantes (SAHA; PRINT, 2010).

Iremos testar esta hipótese utilizando os dados do questionário aplicado entre os alunos da rede municipal de educação de São Paulo. As respostas à questão “33 - Sua escola tem GRÊMIO ESTUDANTIL?” servirão como a nossa variável explicativa principal, para as quais iremos atribuir valores numéricos referentes a uma escala de 0 a 2, a fim de representar numericamente nossa característica de interesse (exposição a ou participação em grêmios estudantis atuantes) e simplificar a análise final (ver Tabela 1, a seguir).

Tabela 1 – Operacionalização da variável de exposição a ou participação em grêmios estudantis atuantes:

RESPOSTA	CATEGORIA	OPERACIONALIZAÇÃO
"Sim e estou diretamente envolvido com o Grêmio"	Envolvimento direto com grêmios estudantis	2
"Sim, mas não me interessa pelo tema"; "Sim, acho interessante, mas não tenho envolvimento"	Exposição a grêmios estudantis atuantes	1
"Não"; "Não sei se tem"	Não exposição a grêmios estudantis atuantes	0

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em primeiro lugar, iremos observar se a presença de um grêmio estudantil atuante está associada, de alguma forma, com atitudes mais favoráveis em relação à participação estudantil na gestão escolar. Como um órgão diretamente responsável por esta participação, seria razoável esperar que a presença de um grêmio levaria os estudantes a observar a sua eficácia e apoiar a participação estudantil de maneira geral.

Estas atitudes serão representadas pelas respostas dadas à questão "36 – Em quais momentos você entende que os estudantes DEVEM participar das decisões nas escolas". Elaboramos uma variável de contagem, cujos valores representam o número de alternativas assinaladas por cada respondente (0 a 6), com um número maior de alternativas assinaladas indicando uma atitude mais positiva em relação à participação estudantil na gestão escolar.

Também foi incluída uma variável de controle referente à renda familiar do respondente. Decidimos pela inclusão deste controle devido ao reconhecido efeito positivo que a renda e o *status* socioeconômico têm sobre o engajamento e a participação de maneira geral (LECHNER ET AL., 2018). Testamos um modelo GLM de Poisson para obter os resultados demonstrados a seguir (Tabela 2). É possível concluir que a presença de grêmios não está associada com atitudes mais abrangentes sobre o papel participativo dos estudantes na gestão escolar.

Tabela 2 – Resultados do modelo GLM de Poisson

	Variável dependente:
	Participação estudantil
Exposto	0.038(0.034)
Atuante	0.406*** (0.072)
Renda	-0.003(0.017)
Constante	0.676*** (0.037)
Observações	2,021

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaborado pelos autores.

A única relação que se mostrou significativa foi a participação no grêmio estudantil (“*Atuante*”). A análise nos mostra que os respondentes que declararam participar do grêmio de sua escola assinalaram, em média, cerca de 40% mais alternativas na questão 36 do questionário do que os não participantes. A interpretação desse achado esbarra em problemas de autoseleção: estudantes que acreditam que a participação estudantil é importante apresentam, naturalmente, uma maior propensão à associação voluntária aos grêmios de suas escolas. Não é possível, portanto, dizer que a participação direta nos grêmios *causa* uma maior abertura à participação estudantil.

A seguir, gostaríamos de observar se a presença dos grêmios está associada com atitudes mais positivas em relação à política de maneira geral. Para isso, iremos testar nossa variável independente (exposição a grêmios) com as respostas obtidas pela questão “21 – Sobre a POLÍTICA você diria que”. As respostas foram transformadas em um variável categórica, com valores (0, 1, 2) representando cada uma das três possíveis respostas.

Para podermos testar a relação entre duas variáveis categóricas, rodamos um teste simples de qui-quadrado de Pearson. O teste nos permite visualizar se os fenômenos aqui observados (visão sobre a política e ‘exposição’ a grêmio estudantil) estão de alguma forma relacionados. Como é possível observar na tabela 3, é possível constatar em nossa amostra que há uma associação direta e positiva entre ter visões menos negativas da política e frequentar uma escola onde atuam grêmios (ou participar destes).

No entanto, é importante salientar que estes são resultados superficiais, que não nos permitem revelar uma relação de causa e efeito entre os dois fenômenos. Para isso, serão necessários novos testes, com a utilização de desenhos de pesquisa e/ou modelagens estatísticas mais sofisticados.

Tabela 3 – Resultados do teste de qui-quadrado de Pearson

	“Não gosta e não precisa dela”	“Não gosta, mas sabe que ela é importante”	“Gosta dela”
Não exposto	55	550	78
Exposto	83	981	140
Atuante	5	49	22
	X-squared = 21.522	df = 4	p-value = 0.0002495

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, resta-nos aferir se os grêmios são capazes de incentivar a atuação política direta dos estudantes. Nossa hipótese considera que é possível haver um efeito de “contágio”, em que a atuação dos participantes do grêmio serviria de incentivo para que outros estudantes se tornassem mais atuantes politicamente (SAHA; PRINT, 2010). Para isso, iremos observar se há uma associação entre frequentar uma escola onde há um grêmio estudantil e a declaração dos respondentes sobre outras formas de manifestação cívica, política e social. Esta última será mensurada a partir da questão “23 – Ao longo dos últimos anos temos assistido a muitas manifestações pelo país. Você participou de”, onde os respondentes assinalam entre seis alternativas distintas.

Assim, utilizaremos uma mensuração similar à da variável de participação estudantil na gestão escolar, com as respostas sendo agregadas em um índice de manifestação individual. No lugar da regressão de quasi-Poisson, utilizaremos uma regressão binomial negativa, para lidar com problemas de superdispersão no modelo. Os resultados (reproduzidos na tabela 4) mostram que tanto a exposição, quanto a participação em grêmios tem uma relação bastante positiva com as formas de participação.

Tabela 4 – Resultados do modelo de regressão binomial negativa

	Variável dependente: Participação política
Exposto	0.242*** (0.073)
Atuante	0.993*** (0.146)
Renda	0.022 (0.035)
Constante	-0.671*** (0.080)
Observações	2,021
Theta (θ)	1.559*** (0.205)

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre os respondentes que frequentam uma escola onde há um grêmio atuante, os alunos declararam participar, em média, de 24% mais formas de manifestações políticas do que aqueles que não estavam em contato com um grêmio. Quando considerado os que participam ativamente de grêmios, o resultado foi substancialmente maior: as respostas se mostraram quase duas vezes maiores (99,3%) do que os que frequentavam escolas sem grêmios, ou que desconheciam sua existência.

É difícil inferir causalidade das relações descritas acima. Da mesma forma que a nossa hipótese de “contágio” possa ter sido confirmada, outra possibilidade é a de que alunos mais politicamente ativos saibam mais a respeito³ – e participem mais – dos grêmios de suas escolas.

Conclusão

Há muito, os estudiosos do desenvolvimento reconheceram a importância de uma cidadania ativa e de uma sociedade civil organizada para o bem-estar da sociedade. Nomes como Robert Putnam (1993; 2000) colocaram no mapa a ideia de que políticas públicas sozinhas não seriam suficientes para melhorar as condições de vida dos vários grupos sociais mundo afora. A partir desse momento, inspirar os cidadãos e cidadãs dos mais diversos países a se organizarem e lançarem redes e iniciativas capazes de aprimorar a vida de suas comunidades - locais e nacionais - se tornou a prioridade dos diversos indivíduos e organizações que se propuseram a promover o desenvolvimento em escala global.

A noção de que há uma relação direta entre os processos de socialização política dos jovens e os padrões de comportamento cívico e político dos adultos abriu outra frente de atuação: as intervenções em escolas. Promover ambientes escolares democráticos e civicamente engajados se tornou uma das principais formas de remediar a perceptível queda de envolvimento dos indivíduos nos assuntos cívicos, políticos e sociais de suas comunidades. A educação cívica – como ficou conhecido o conjunto de práticas pedagógicas que buscam promover os conhecimentos, valores, competências e motivações necessárias a uma cidadania ativa – voltou a ganhar defensores por todas as partes.

Nosso artigo buscou demonstrar a real importância da cidadania ativa no bem-estar das sociedades e as maneiras como esta cidadania pode ser construída, mantida e cuidada. Por meio da teoria do capital social, demonstramos como os

3 Importante relembrar neste ponto sobre a nossa decisão de agrupar, em nossa variável explicativa, respondentes que afirmaram não existir um grêmio na escola em que frequentavam, com aqueles que afirmaram não saber responder – logo, não estarem ao menos cientes de sua existência.

estudiosos do tema conseguiram criar a conexão entre um corpo social civicamente engajado e instituições políticas e econômicas que atendem as demandas gerais das comunidades (PUTNAM, 1993). Também exploramos como a literatura sobre socialização política e desenvolvimento cognitivo encontrou evidências para comprovar a já intuitiva percepção de que a formação de cidadão ativos e comprometidos começa durante a juventude (FLANAGAN; SHERROD, 1998). Para termos adultos engajados, é necessário, primeiramente, encorajar os jovens a serem engajados.

Também exploramos, rapidamente, as diversas formas de intervenção que já foram capazes de encontrar respaldo empírico para a sua efetividade. Assim, esperamos incentivar não apenas a implementação de novas intervenções similares e o comprometimento de mais recursos para estas práticas, como, também, uma produção científica mais volumosa e metodologicamente sofisticada. Esta se mostra crucial, para que possamos expandir cada vez mais o repertório de conhecimentos e evidências em torno dos impactos e resultados dessas intervenções no contexto brasileiro, onde elas se mostram urgentemente necessárias.

Por fim, buscamos contribuir com esse esforço analisando os resultados do questionário aplicado entre os alunos da rede pública municipal da cidade de São Paulo. Nossa análise colocou em destaque a atuação dos grêmios estudantis nas escolas e a sua possível relação com as atitudes e práticas cívicas e políticas dos respondentes. A escolha dos grêmios se deu devido a duas razões principais: i) seu papel central como organização primária de atuação e representação estudantil nas escolas brasileiras; e ii) devido ao recente esforço da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) de institucionalizar os grêmios como órgãos oficiais de representação estudantil no contexto da gestão escolar.

Os resultados das nossas análises, apesar de preliminares, apontam que os grêmios cumprem o papel de oferecer um canal de atuação para os jovens que já apresentam atitudes positivas em relação à participação juvenil e à política de maneira geral. Não é possível, no momento, concluirmos que os grêmios produzam qualquer tipo de efeito sobre a disposição dos estudantes em participar. Quaisquer relações de causalidade neste sentido necessitam de desenhos de pesquisa e/ou modelagens estatísticas mais sofisticadas, os quais não estão ao nosso alcance no momento.

Aplaudimos, porém, a iniciativa de criar mensurações objetivas e comparáveis das atitudes dos jovens em relação à política e à participação. Enfatizamos, inclusive, o tesouro de informações que ainda não estão explorados dentre as respostas obtidas com o questionário. É a nossa expectativa que esta iniciativa

produza uma riqueza de novas análises, para além deste trabalho e desta publicação, que busquem esclarecer a ainda pouco explorada relação entre os jovens e a política no Brasil.

Pensando mais além, não nos custa ter a esperança de que esta iniciativa – ou iniciativas similares – seja realizadas com frequência, nos permitindo formular bancos de dados longitudinais, que nos permitam explorar de forma mais aprofundada a evolução e sensibilidade das atitudes entre diferentes indivíduos, períodos e gerações. De maneira geral, a elaboração e implementação de intervenções baseadas em evidências é uma das poucas formas de garantir resultados efetivos e, entre as iniciativas brasileiras, esta ainda é uma prática relativamente rara.

Enquanto a sociedade brasileira se pergunta sobre que caminho trilhar para um futuro mais próspero e igualitário, para os autores deste trabalho não restam muitas dúvidas: precisamos começar pelas nossas escolas.

Referências Bibliográficas

- ALLIANCE FOR SERVICE-LEARNING IN EDUCATION REFORM (ASLER). **Standards of Quality for School-based Service-learning**. 1993, 4 pp.
- BHANDARI, H.; YASUNOBU, K. What is Social Capital? A Comprehensive Review of the Concept. **Asian Journal of Social Science**, vol. 37, pp. 480-510, 2009.
- CARLOS, A. G. **Grêmio Estudantil e Participação dos Estudantes**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.
- CENTER FOR INFORMATION AND RESEARCH ON CIVIC LEARNING AND ENGAGEMENT (CIRCLE). **The Civic Mission of Schools**. 2003, 42 pp.
- COSTA, D. L.; KAHN, M. E. Civic Engagement and Community Heterogeneity: An Economist's Perspective. **Perspectives on Politics**, vol. 1, n. 1, pp. 103-111, 2003.
- EHRlich, T. **Civic Responsibility and Higher Education**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2000.
- FLANAGAN, C. A.; SHERROD, L. R. Youth Political Development: An Introduction. **Journal of Social Issues**, vol. 54, n. 3, pp. 447-456, 1998.
- GORDON, H. R.; TAFT, J. K. Rethinking Youth Political Socialization: Teenage Activists Talk Back. **Youth & Society**, vol. 43, n. 4, pp. 1499-1527, 2010.
- HAHN, C. **Becoming political**. Albany: State University of New York Press, 1998.
- HEATER, D. **A History of Education for Citizenship**. Londres e Nova Iorque: RoutledgeFalmer, 2003.

- LECHNER, C. M.; PAVLOVA, M. K.; SORTHEIX, F. M.; SILBEREISEN, R. K.; SALMERA-ARO, K. Unpacking the Link between Family Socioeconomic Status and Civic Engagement During the Transition to Adulthood: Do Work Values Play a Role? **Applied Developmental Science**, vol. 22, n. 4, pp. 270-283, 2018.
- LETKI, N. Does Diversity Erode Social Cohesion? Social Capital and Race in British Neighbourhoods. **Political Studies**, vol. 56, n. 1, 2008.
- LIN, N. Inequality in Social Capital. **Contemporary Sociology**, vol. 29, n. 6, pp. 785-795, 2000.
- LJUNGE, M. Social Capital and Political Institutions: Evidence that Democracy Fosters Trust. **Economic Letters**, vol. 122, n.1, pp. 44-49, 2014.
- KAASE, M.; MARSH, M. Political Action: A Theoretical Perspective. In: BARNES, S.; KAASE, M. (Ed.) **Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies**. Beverly Hills: Sage Publications, 1979.
- MARTINS, F. A. S.; JUAREZ, T. D. Juventude e Participação: o Grêmio Estudantil como Espaço Educativo. **Educação & Realidade**, vol. 38, n. 4, pp. 1267-1282, 2013.
- MARTINS, L. M.; BARROS, A. T. Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 26, n. 66, pp. 49-78, 2018.
- MCFARLAND, D. A.; THOMAS, R. J. Bowling Young: How Youth Voluntary Associations Influence Adult Political Participation. **American Sociological Review**, vol. 71, pp. 401-425, 2006.
- PEW RESEARCH CENTER. **Many Around the World Are Disengaged From Politics**. 2018, 25 pp.
- PIZZINATO, A.; GUSTAVO, A. S.; SANTOS, B. R. L.; OJEDA, B. S.; FERREIRA, E.; THIESEN, F. V.; CREUTZBERG, M.; ALTAMIRANO, M.; PANIZ, O.; CORBELLINI, V. L. A Integração Ensino-serviço como Estratégia na Formação Profissional para o SUS. **Revista Brasileira de Educação Médica**, vol. 36, n. 1, supl. 2, pp. 170-177, 2012 .
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna**. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- _____. **Jogando Boliche Sozinho**. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2000.
- SETTLE, J. E.; BOND, R.; LEVITT, J. The Social Origins of Adult Political Behavior. **American Politics Research**, vol. 39, n. 2, pp. 239-263, 2010.

SAHA, L. J.; PRINT, M. Student School Elections and Political Engagement: A Cradle of Democracy? **International Journal of Educational Research**, vol. 49, n. 1, pp. 22-32, 2010.

TORNEY-PURTA, J. The School's Role in Developing Civic Engagement: A Study of Adolescents in Twenty-Eight Countries. **Applied Developmental Science**, vol. 6, n. 4, pp. 203-212, 2002.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Cadastro Eleitoral**. 2018.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and Equality Civic Voluntarism in American Politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

WATTS, R. J.; FLANAGAN, C. Pushing the Envelope on Youth Civic Engagement: A Developmental and Liberation Psychology Perspective. **Journal of Community Psychology**, vol. 35, n. 6, pp. 779-792, 2007.

YOUNISS, J.; YATES, M. **Community Service and Social Responsibility in Youth**. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.